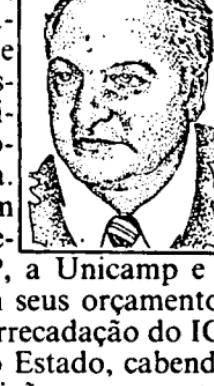


29 DEZ 1990

*Investimento em educação*ROBERTO LEAL LOBO
E SILVA FILHO

A partir de janeiro de 1989, as universidades estaduais de São Paulo passaram ao regime de autonomia financeira. Por força de um decreto do Executivo, a USP, a Unicamp e a Unesp tiveram seus orçamentos vinculados à arrecadação do ICMS líquido do Estado, cabendo às três instituições a percentagem de 8,4%. Esse índice, cujo montante é significativo em face de outras prioridades nacionais, foi calculado em bases históricas, considerando-se os orçamentos dos três anos anteriores, 1986 a 1988.

A Universidade de São Paulo (USP) passou, então, a trabalhar com o percentual de 4,46% do ICMS, sendo cerca de 83% comprometidos com pessoal e os restantes 17% com outros custeios e capital. Dessa forma, o custo médio do aluno, que se obtém dividindo-se o orçamento da universidade pelo total de estudantes — hoje entre US\$ 6 mil e US\$ 8 mil/ano — é um dos menores do Brasil, e inferior ao das demais universidades públicas do Estado.

Sem contar com outras fontes de recursos, a não ser as provenientes dos convênios diretos entre grupos de pesquisa e órgãos de financiamento ou empresas, a USP pôde se manter em funcionamento nestes anos graças ao acordo firmado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o que representa cerca de US\$ 15 milhões anuais de investimento em construções, equipamentos e intercâmbio científico.

A dependência da arrecadação, mês a mês, sem uma reserva de contingência, coloca a gestão da universidade na mesma posição do trabalhador assalariado que não dispõe de uma cedreleta de poupança capaz de socorrê-lo num momento de doença. À falta de um fundo de contingência alia-se a situação instável de nossa economia, que agora vive um período recessivo, com a consequente queda na arrecadação de tributos, entre os quais o ICMS, podendo, com isso, comprometer o orçamento das universidades.

Pela qualidade do ensino ministrado aos seus 50 mil estudantes de graduação e pós-graduação, que convivem com modernos laboratórios e com professores em sua maioria trabalhando no regime de dedicação exclusiva, os custos por aluno da USP são relativamente baixos. Correspondem, para ficar num exemplo, ao que paga um estudante de Odontologia da Universidade Objetivo (Unip), uma instituição privada de São Paulo que ainda não dispõe do mesmo tipo de infra-estrutura para pesquisa nem professores em tempo integral.

Os números da USP, se comparados com os da Universidade Harvard, mostram claramente quais são as prioridades de investimento, no Brasil e nos EUA, para a formação dos futuros profissionais, cientistas e intelectuais nos dois

países. Enquanto a USP consome entre US\$ 300 milhões e US\$ 400 milhões para atender a 50 mil alunos, a Universidade Harvard tem um orçamento de cerca de US\$ 1 bilhão anual para os seus 17.500 alunos, com uma média de US\$ 56 mil/ano por estudante. Com salários, Harvard compromete 42% de seu orçamento — o que é pouco mais que o orçamento total da USP — para um corpo docente e de técnicos menor que o nosso. O restante é destinado ao ensino (laboratórios e infra-estrutura), bolsas, periódicos, etc.

É interessante observar como é a composição da receita de Harvard, uma universidade privada: 27% vem de contratos de pesquisa, 32% do pagamento de mensalidades — o que corresponde à astronômica cifra de US\$ 20 mil/ano por aluno —, 19% de recursos próprios e 11% de doações, o que é equivalente a US\$ 100 milhões. Só em doações Harvard recebe o correspondente aos gastos globais de um trimestre da USP.

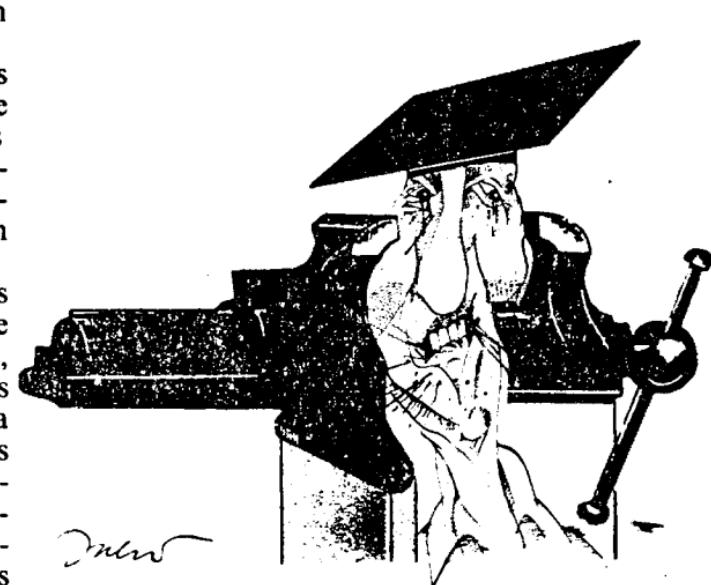
Os recursos provenientes dos contratos de pesquisa e das doações, que representam 38% do total, demonstram de maneira clara o profundo envolvimento da sociedade americana com suas universidades, uma vez que estes percentuais são muito parecidos com os de outras universidades daquele país.

Não é à toa que Harvard obteve 31 Prêmios Nobel e 30 Prêmios Pulitzer, recebidos por integrantes de seu corpo docente. Nas palavras do reitor de Harvard, “quanto aos professores, a grande vantagem das universidades americanas consiste em que qualquer pessoa do mundo acadêmico que conheça Inglês pode ser, por exemplo, professor de Harvard”. Naquela universidade, 30% dos professores são estrangeiros. Já falamos sobre isso...

Cabe lembrar que as solicitações que universidades como a USP recebem são mais diversificadas que as de Harvard. Para citar alguns exemplos, a USP, além das atividades regulares de ensino e pesquisa, oferece cursos de atualização para professores da rede pública, mantém quatro museus e dois hospitais abertos à comunidade.

Aumentar substancialmente os investimentos públicos nas universidades estaduais torna-se difícil pelas muitas prioridades concomitantes que demandam recursos num país com tantas carências. Paralelamente a esse esforço, é preciso tornar a universidade mais agressiva na obtenção de receitas através de convênios de pesquisa científica e tecnológica. É imprescindível também que a sociedade considere que educação não é gasto, mas investimento, e que a universidade pública não é propriedade do Estado, mas de toda a sociedade.

□ Roberto Leal Lobo e Silva Filho é reitor da Universidade de São Paulo



Dutra